

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	32
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.685.707
Preferenciais	1.502.370
Total	3.188.077
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	21.823.214	20.104.474	19.078.999
1.01	Ativo Circulante	2.007.393	1.539.099	624.575
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	598.109	58	87.964
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.088.542	1.531.261	374.756
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	576.460	374.756
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.088.542	954.801	0
1.01.03	Contas a Receber	320.626	7.780	161.855
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	320.626	7.780	161.855
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber	320.626	7.780	161.855
1.01.07	Despesas Antecipadas	116	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	19.815.821	18.565.375	18.454.424
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.348.262	6.551.481	6.343.921
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	32.219
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	5.401.096	5.013.045	5.002.334
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.947.166	1.538.436	1.309.368
1.02.01.10.03	Valores a Receber	331.173	294.598	282.027
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	665.040	543.260	460.859
1.02.01.10.05	Créditos Tributários	237.049	193.131	174.674
1.02.01.10.06	Tributos a Compensar ou a Recuperar	713.904	507.447	391.808
1.02.02	Investimentos	12.467.559	12.013.894	12.110.503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	21.823.214	20.104.474	19.078.999
2.01	Passivo Circulante	3.723.316	290	326.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	3	2	5.607
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3	2	5.607
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	3	2	5.607
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.003.602	0	0
2.01.04.02	Debêntures	3.003.602	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	719.711	288	320.858
2.01.05.02	Outros	719.711	288	320.858
2.01.05.02.04	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	632.004	0	320.719
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	243	288	139
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	87.464	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	923.215	3.811.230	3.506.978
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.997.538	2.988.657
2.02.01.02	Debêntures	0	2.997.538	2.988.657
2.02.02	Outras Obrigações	0	113.137	0
2.02.02.02	Outros	0	113.137	0
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	113.137	0
2.02.04	Provisões	923.215	700.555	518.321
2.02.04.02	Outras Provisões	923.215	700.555	518.321
2.02.04.02.04	Provisão para Impostos e Contribuições	223.611	152.816	39.407
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	699.604	547.739	478.914
2.03	Patrimônio Líquido	17.176.683	16.292.954	15.245.556
2.03.01	Capital Social Realizado	8.914.795	8.914.795	8.914.795
2.03.04	Reservas de Lucros	8.123.137	7.037.605	5.479.650
2.03.04.01	Reserva Legal	563.884	471.919	368.437
2.03.04.02	Reserva Estatutária	7.559.253	6.565.686	5.111.213
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	138.751	340.554	851.111

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.427.817	1.908.894	919.921
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.122	-6.345	-10.179
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	89.299	0	0
3.04.04.01	Dividendos/JCP Recebidos	89.299	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-98.240	-52.624	-40.702
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-98.240	-52.624	-40.702
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.442.880	1.967.863	970.802
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.427.817	1.908.894	919.921
3.06	Resultado Financeiro	451.865	159.855	95.630
3.06.01	Receitas Financeiras	1.011.615	354.404	281.124
3.06.02	Despesas Financeiras	-559.750	-194.549	-185.494
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.879.682	2.068.749	1.015.551
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.400	903	-3.161
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.839.282	2.069.652	1.012.390
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.839.282	2.069.652	1.012.390
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,55096	0,61997	0,30326
3.99.01.02	PN	0,60606	0,68197	0,33359
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,55096	0,61997	0,30326
3.99.02.02	PN	0,60606	0,68197	0,33359

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.839.282	2.069.652	1.012.390
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-201.803	-510.557	121.253
4.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	84.671	304.748	3.822
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-303.807	-720.776	96.892
4.02.03	Hedge de Fluxo de Caixa	17.333	-94.529	20.539
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.637.479	1.559.095	1.133.643

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	395.919	-225.981	2.504.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	514.682	85.288	52.601
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.879.682	2.068.749	1.015.551
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.442.880	-1.967.863	-970.802
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	-20.271	-68.215	-32.848
6.01.01.04	Provisões para Obrigações Legais	98.151	52.617	40.700
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.347	-250.070	2.488.718
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros e Outros	70.878	-253.374	2.493.497
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Obrigações	-79.225	3.304	-4.779
6.01.03	Outros	-110.416	-61.199	-37.012
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-110.416	-61.199	-37.012
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	288.458	943.479	183.437
6.02.03	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	288.458	943.479	183.437
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.326	-805.404	-2.604.289
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-79.000	-803.397	0
6.03.06	Emissão de Debêntures	0	0	3.000.000
6.03.07	Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures	-7.326	-2.007	-5.604.289
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	598.051	-87.906	83.455
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58	87.964	4.509
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	598.109	58	87.964

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.914.795	0	7.037.605	0	340.554	16.292.954
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.914.795	0	7.037.605	0	340.554	16.292.954
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-753.750	0	-753.750
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-753.750	0	-753.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.839.282	-201.803	1.637.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.839.282	0	1.839.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.803	-201.803
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	102.004	102.004
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-303.807	-303.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.085.532	-1.085.532	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.085.532	-1.085.532	0	0
5.07	Saldos Finais	8.914.795	0	8.123.137	0	138.751	17.176.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	8.914.795	0	5.479.650	0	851.111	15.245.556
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	8.914.795	0	5.479.650	0	851.111	15.245.556
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-511.697	0	-511.697
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-511.697	0	-511.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.069.652	-510.557	1.559.095
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.069.652	0	2.069.652
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-510.557	-510.557
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	210.219	210.219
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-720.776	-720.776
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.557.955	-1.557.955	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.557.955	-1.557.955	0	0
5.07	SalDOS Finais	8.914.795	0	7.037.605	0	340.554	16.292.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	8.914.795	0	4.807.260	0	729.858	14.451.913
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	8.914.795	0	4.807.260	0	729.858	14.451.913
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-340.000	0	-340.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-340.000	0	-340.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.012.390	121.253	1.133.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.012.390	0	1.012.390
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	121.253	121.253
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.361	24.361
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	96.892	96.892
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	672.390	-672.390	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	672.390	-672.390	0	0
5.07	SalDOS Finais	8.914.795	0	5.479.650	0	851.111	15.245.556

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.122	-6.345	-10.179
7.02.04	Outros	-6.122	-6.345	-10.179
7.02.04.01	Serviços de Terceiros	-6.122	-6.345	-10.179
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.122	-6.345	-10.179
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.122	-6.345	-10.179
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.543.794	2.322.267	1.251.926
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.442.880	1.967.863	970.802
7.06.02	Receitas Financeiras	1.011.615	354.404	281.124
7.06.03	Outros	89.299	0	0
7.06.03.01	Dividendos/JCp Recebidos	89.299	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.537.672	2.315.922	1.241.747
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.537.672	2.315.922	1.241.747
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.640	51.721	43.863
7.08.02.01	Federais	138.636	51.715	43.860
7.08.02.02	Estaduais	3	6	3
7.08.02.03	Municipais	1	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	559.750	194.549	185.494
7.08.03.01	Juros	559.750	194.549	185.494
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.839.282	2.069.652	1.012.390
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	753.750	511.697	340.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.085.532	1.557.955	672.390

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída, em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2022, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,36%, e, na Bradespar, 9,37%.

Possui, também, registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do exercício

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referente a aplicações financeiras e juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

R\$ MIL	2022	2021
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	1.427.817	1.908.894
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.442.880	1.967.863
Dividendos/JCP Recebidos.....	89.299	-
Despesas Tributárias.....	(98.240)	(52.624)
Despesas Gerais e Administrativas.....	(6.122)	(6.345)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS.....	1.427.817	1.908.894
RESULTADO FINANCEIRO.....	451.865	159.855
Receitas Financeiras.....	1.011.615	354.404
Despesas Financeiras.....	(559.750)	(194.549)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	1.879.682	2.068.749
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(40.400)	903
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	1.839.282	2.069.652

A redução do resultado do exercício, em relação ao exercício anterior, atribui-se sobretudo, aos resultados de equivalência reconhecidos pela Companhia, no montante de R\$ 1,4 bilhão, sendo que, em comparação com 2021, o resultado foi de R\$ 1,9 bilhão, compensados por melhores resultados financeiros.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2022, destaca-se o recebimento de Dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 187 milhões, e R\$ 101 milhões destinados pela Bradespar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometido com o crescimento socioeconômico do País.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nível I (ADRs), lastreados em ações preferenciais, e ADRs Nível II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhado às necessidades de cada cliente.

Marcada pela presença e pioneirismo, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a sua estratégia e visão de futuro estão fundamentadas em quatro principais pilares: cliente; eficiência; pessoas; e sustentabilidade.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o exercício, ressalta-se a aquisição de 49,99% da participação acionária no capital social do Banco Digio S.A. (“Digio”) pela Bradescard Elo, que era detida pela BB Elo Cartões Participações S.A. (controlada do Banco do Brasil S.A.). Com a conclusão dessa operação, o Bradesco passou a deter, indiretamente, 100% do capital social do Digio, o que reforça a estratégia da Organização Bradesco de expandir a oferta de serviços financeiros por meio de plataformas digitais.

Além disso, destacam-se os seguintes reconhecimentos:

Integrante do Índice Bloomberg de Igualdade de Gênero 2022, que avalia as empresas de capital aberto segundo as práticas de equidade de gênero (Bloomberg);

Pelo 3º ano consecutivo, recebeu a certificação Top Employers 2022, certificação internacional para empresas com excelência em gestão de pessoas e *employer brandin* (Top Employer Institute);

Recebeu o prêmio Excelência em Gestão de Pessoas, que identifica e reconhece práticas e grau de investimento das empresas na valorização das pessoas (Gestão RH e FGV *Company*);

Recebeu o prêmio *Best Private Bank Brazil 2022*, que destaca a eficácia de negócios B2B e B2C, reconhecendo empresas que garantem a satisfação dos seus clientes e trabalham para o desenvolvimento e o crescimento de todo o mercado (Revista World Economic);

Pela 7ª vez, o Bradesco BBI foi eleito o Melhor Banco de Investimento do Brasil 2022 (Revista Global Finance);

Recebeu o prêmio Ouvidorias Brasil 2021 (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente);

Pela 10ª vez consecutiva, a BRAM foi reconhecida como a gestora com os Melhores Fundos no *Ranking* com Dinheiro (Revista Investidor Institucional);

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ficou em 2º lugar na lista do LinkedIn Top *Companies* Brasil 2022, que traz 25 empresas de diversos setores e que atuam no país oferecendo as melhores oportunidades de crescimento profissional (LinkedIn);

Ficou em 1º lugar no reconhecimento Melhores Empresas em Práticas e Ações da Diversidade na Categoria de Recrutamento e Seleção, com o Programa Bradesco de Qualificação Profissional – Estagiários Universidade Zumbi dos Palmares (Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial com apoio do Fórum de Direitos e Empresas LGBTQ+, Movimento Mulher 360 e IstoÉ Dinheiro);

Ganhou como *Overall Winner* no prêmio *Global Customer Centricity World Series 2022*, que reconhece organizações que são referência em estratégia e satisfação de seus clientes (ARCET Global);

Foi vencedor do Prêmio Aplauda - Ações Voluntárias que Transformam, na categoria “Iniciativa destaque em Diversidade” com o Programa Unibrad Semear (Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial);

Foi reconhecido globalmente como o banco mais inovador em transformação digital no *Innovation in Digital Banking Awards 2022* (The Banker);

Foi campeão, entre os bancos, na 11ª edição do anuário Época Negócios 360°. É a quarta vez que fica na primeira colocação no ranking, que lista as melhores empresas do País (Época Negócios em parceria com a Fundação Dom Cabral);

Foi eleito o melhor banco na categoria Varejo, Bradesco Saúde (melhor em Seguro Saúde) e Bradesco Capitalização (melhor na categoria Capitalização) no prêmio Estadão Finanças Mais (Estadão em parceria com a Austin Rating);

Foi destaque no prêmio *Banking Transformation 2022* e reconhecidos em seis categorias: Banco Bradesco (Canais Digitais e Open Banking); Bradesco Seguros (Autoatendimento); Bitz (ESG); Next (Banco do Ano); Unibrad (Projeto de Educação - Cantarino Brasileiro);

Foi destaque no prêmio Líderes do Brasil, que reconhece empresas e líderes que tiveram protagonismo em 2022 (Grupo de Líderes Empresariais – Lide); e

Foi selecionado, pela 18ª vez consecutiva, para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, ficando em destaque entre as instituições financeiras e na 8ª posição no *ranking* geral das empresas participantes. Criado em 2005, o ISE destaca as empresas de capital aberto com as melhores práticas em governança, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

O Bradesco registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, lucro líquido ajustado de R\$ 21 bilhões, e o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 158,4 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, lucro de R\$ 3,7 bilhões, impactado pelo resultado apresentado pela VALE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente – IRKO Auditores Independentes – não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 27 de março de 2023.

Diretoria

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016.

A Companhia controla suas obrigações de curto prazo, para as quais existem ativos que podem ser utilizados para cumprir tais obrigações, vide Nota 14.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA

Notas Explicativas

– Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) e operações de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco das mudanças na taxa de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Companhia, associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele.

Notas Explicativas

A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado. A composição do *Hedge* contábil está apresentada na Nota 13.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2022 e de 2021, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 72/22, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Notas Explicativas

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 15b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 15e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 21.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliações patrimoniais.

Notas Explicativas

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, estarão descritos na Nota 24.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Notas Explicativas

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018- 2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Os efeitos da adoção desta norma estão substancialmente nas empresas do grupo segurador da Organização Bradesco, não havendo impactos materiais na Companhia.
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

Notas Explicativas

- Alterações ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- Alterações do IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o imposto diferido sobre tais transações. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.
- Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Depósitos bancários	5	58
Certificado de Depósito Bancário – CDB ⁽¹⁾	598.104	-
Total	598.109	58

- (1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 3b, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Notas Explicativas

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em dezembro de 2021, referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 576.460, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a: (i) 12.247.321 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, cuja o seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.088.542 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 954.801), sendo o custo atualizado de R\$ 493.062 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 493.062), e ajuste a valor de mercado de R\$ 595.480 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 461.739); (ii) aplicação em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.015.891 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 5.013.045); e (iii) aplicação em letras financeiras acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 385.205, sendo o valor de custo atualizado R\$ 390.656, e uma marcação a mercado de R\$ (5.451), com vencimento em dezembro de 2025.

10. VALORES A RECEBER

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024, o saldo atualizado correspondia a R\$ 330.851 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 294.598).

11. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Em 31 de dezembro								
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)		Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação ⁽⁶⁾
				ON	PN		2022	2021	
Bradesco ^{(1) (2) (3)}	87.100.000	158.489.735	20.983.735	451.891	119.775	5,36	8.500.563	8.044.479	1.099.816
Bradespar ^{(1) (2) (4) (7)}	3.100.125	7.477.001	3.727.675	34.323	2.525	9,37	700.879	703.298	343.064
Ágio - Bradesco ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-
Ágio - Bradespar ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-
TOTAL							12.467.559	12.013.894	1.442.880
							1.967.863		

- (1) Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 13,47 e as ações preferenciais de R\$ 15,15, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 25,57 e R\$ 29,72, respectivamente;
- (2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;
- (3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2022, foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes;
- (4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2022, foram auditadas pela PwC Auditores Independentes;
- (5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;
- (6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
- (7) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de impairment para os períodos apresentados.

Notas Explicativas

12. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 665.040 (31 dezembro de 2021 - R\$ 543.260).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Movimentação das provisões fiscais:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	547.739	478.914
Atualizações monetárias	53.714	16.208
Constituição	98.151	52.617
Saldo no final do exercício	699.604	547.739

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2022, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 15.088, decorrentes de cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débitos com crédito de IRPJ gerado em exercício anterior (31 de dezembro de 2021 - R\$ 14.121).

Notas Explicativas

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(i) Contrato de Swap

O instrumento financeiro derivativo refere-se a operação de *swap* de taxa de juros, contrato em que a Companhia está trocando o indexador de suas Letras Financeiras Subordinadas de Selic por CDI + adicional a.a., seu valor de referência é de R\$ 5.000.000, em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía uma posição passiva cuja o seu valor de mercado era de R\$ (87.464), (31 de dezembro de 2021, – R\$ (113.137)), sendo o custo atualizado de R\$ (1.619) (31 de dezembro de 2021 – R\$ (1.030)), e um ajuste a valor de mercado de R\$ (85.845) (31 de dezembro de 2021 – R\$ (112.107)), com vencimento em dezembro de 2023.

Nos contratos de swap de taxa de juros, as partes trocam indexadores associados aos seus ativos e passivos, por um determinado período contratual. Os riscos associados aos contratos de swap referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado às mudanças nas condições de mercado, devido às variações nas taxas de juros.

(ii) Hedge Contábil

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Companhia. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ Mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i>	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	5.172.568	5.172.496	(85.845)	(56.657)
Total em 31 de dezembro de 2022	5.172.568	5.172.496	(85.845)	(56.657)
Total em 31 de dezembro de 2021	5.260.987	5.261.050	(112.107)	(73.990)

- (1) Referente ao risco de taxa de juros variável da Selic, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2023, tornando parte do Fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ 439.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, no acumulado de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (1) (31 de dezembro de 2021 – R\$ (1,1)).

14. PASSIVOS FINANCEIROS – DEBÊNTURES

Em dezembro de 2020, foi encerrada a oferta pública de distribuição da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram

Notas Explicativas

emitidas 3.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante de R\$ 3.000.000.

As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária de 177.221.173 ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 7.500 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500, totalizando R\$ 3.750.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI – Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 3.008.515 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.007.326), sendo o custo de emissão a amortizar de R\$ 4.913 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 9.788), resultando em um valor líquido de R\$ 3.003.602 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.997.538).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2022	31.12.2021
Ordinárias	1.685.707.352	1.685.707.352
Preferenciais ⁽¹⁾	1.502.370.308	1.502.370.308
Total	3.188.077.660	3.188.077.660

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.839.282	2.069.652
Ordinárias	0,55	0,62
Preferenciais	0,61	0,68

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, uma vez que não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

Notas Explicativas

- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
- (iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	1.839.282	
Reserva legal	(91.965)	
Base de cálculo ajustada	1.747.317	
Juros sobre o capital próprio (bruto) ⁽²⁾	(753.750)	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio – 15% ⁽³⁾	(42.745)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022	711.005	40,7
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021	482.678	24,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberado e pago em junho/22 R\$ 83,7 milhões e, JCP deliberado em dezembro/22 R\$ 670 milhões pagos em março/23; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

16. OUTRAS RECEITAS

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ações Vale S.A.), no montante de R\$ 89.299.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Contribuição à COFINS	82.362	43.804
Contribuição ao PIS	15.789	8.813
Outros ⁽¹⁾	89	7
Total	98.240	52.624

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de impostos e taxas da CVM.

Notas Explicativas

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	6.053	6.140
Editais e publicações	69	205
Total	6.122	6.345

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras	791.310	275.620
Receitas sobre aplicações financeiras	75.888	18.647
Receita com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	18.746
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	36.253	12.572
Outros	108.164	28.819
	1.011.615	354.404
Despesas Financeiras		
Despesas com juros de debêntures	(421.391)	(178.341)
Despesas com Instrumentos Financeiros Derivativos	(84.645)	-
Outros	(53.714)	(16.208)
	(559.750)	(194.549)
Resultado Financeiro	451.865	159.855

20. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador ⁽¹⁾		Investimento com Influência significativa ⁽²⁾		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos						
Caixa/disponibilidades	-	-	598.109	58	598.109	58
Aplicações financeiras	-	-	5.401.096	5.589.505	5.401.096	5.589.505
Valores a receber	330.851	294.598	-	-	330.851	294.598
Juros sobre capital próprio/Dividendos a receber	-	-	320.626	7.780	320.626	7.780
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	632.004	-	-	-	632.004	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	87.464	113.137	87.464	113.137

Notas Explicativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Controlador ⁽¹⁾		Investimento com Influência significativa ⁽²⁾		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas/(despesas) com juros	36.253	12.572	-	-	36.253	12.572
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(753.750)	(511.697)	560.699	408.206	(193.051)	(103.491)
Receitas de aplicação	-	-	867.198	294.188	867.198	294.188
Receitas/(despesas) com derivativos	-	-	(84.645)	18.746	(84.645)	18.746

(1) Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação); e

(2) Bradesco e Bradespar.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.879.682	2.068.749
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(639.092)	(703.375)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	490.579	669.073
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis	42.452	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(197.048)	(138.790)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	256.275	173.977
Outros Valores	24	18
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(40.400)	903

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(84.318)	(12.067)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	51.824	18.313
Constituição/realização no período de prejuízo fiscal e base negativa	(7.906)	(5.343)
Total dos impostos diferidos	43.918	12.970
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(40.400)	903

Notas Explicativas

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisões fiscais	184.784	51.634	-	236.418
Outros	91	42	(52)	81
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	184.875	51.676	(52)	236.499
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	7.906	-	(7.906)	-
Subtotal	192.781	51.676	(7.958)	236.499
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	350	200	-	550
Total dos créditos tributários	193.131	51.876	(7.958)	237.049
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	152.816	70.795	-	223.611
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	40.315	(18.919)	-	21.396

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	60	21	81
2026	173.836	62.582	236.418
Total	173.896	62.603	236.499

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 208.583 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 171.266) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 31.12.2022
Atualização de depósitos judiciais	33.941	18.248	-	52.189
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	33.941	18.248	-	52.189
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	118.875	52.547	-	171.422
Total dos impostos diferidos	152.816	70.795	-	223.611

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 713.904 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 507.447), referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e JCP e imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2), referem-se a imposto de renda e contribuição social próprios.

Notas Explicativas

22. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(49)	(16.137)	(31.701)	(54)	(13.606)	(26.834)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(10.886)	(272.136)	(544.271)	(9.549)	(238.701)	(477.401)
Total Sem Correlação		(10.935)	(288.273)	(575.972)	(9.603)	(252.307)	(504.235)

As posições sujeitas às oscilações demonstradas acima, referem-se a: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 6.489.638 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 5.967.846); (ii) ativos/passivos financeiros – derivativos, no montante de R\$ (87.464) (31 de dezembro de 2021 – R\$ (113.137)); e (iii) passivos financeiros – debêntures, no montante de R\$ 3.003.602 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.997.538).

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi aplicado um cenário de 13,42% a.a., para as ações foi aplicado choque de 1% sobre o valor de mercado;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 16,76% a.a., para as ações foi aplicado choque de 25% sobre o valor de mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 20,12% a.a., para as ações foi aplicado choque de 50% sobre o valor de mercado.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

A NCF é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos no qual possui influência significativa, investimentos esses que estão acompanhando e monitorando a situação do conflito entre a Rússia e Ucrânia, no entanto, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração**Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Membros

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado Minas

Diretoria**Diretor-Presidente**

Octavio de Lazari Junior

Diretor Vice-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Rogério Pedro Câmara

Moacir Nachbar Junior

Diretor Adjunto

Carlos Wagner Firetti

Comitê de Auditoria**Coordenador**

Alexandre da Silva Glüher

Especialista em Contabilidade Societária

Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Membro

Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e conselheiros da
NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Investimentos em participações societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 11, a Companhia detém participação societária de 5,36% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e pelos controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado a seguir, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos seus respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes, que podem afetar o resultado da Companhia via equivalência patrimonial, conforme segue:

- (i) As avaliações das provisões de perdas esperadas (impairment) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
- (ii) A avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes nos quais o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. A avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, cíveis e trabalhistas foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exige um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.
- (iii) A avaliação da recuperabilidade dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários. Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.
- (iv) A avaliação do valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil definida cuja avaliação da recuperabilidade está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios

que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas. Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágios e ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.

(v) A avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência onde para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Banco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. Adicionalmente, a partir de 2023, entra em vigor a IFRS 17 – Insurance Contracts (Contratos de Seguros), que altera os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros. De acordo com o IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), o Bradesco efetuou divulgações em nota explicativa relacionadas aos impactos mais relevantes do novo pronunciamento com base nos saldos de 31 de dezembro de 2022. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as premissas chave bem como as metodologias atuariais utilizadas.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento que podem afetar o resultado da Companhia via equivalência patrimonial, conforme segue:

(i) A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.

(ii) Investimento na Vale S.A. (“Vale”), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:

- A provisão para descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas sob o método a montante, certas estruturas denominadas “centro de linha” e diques de contenção localizados no Brasil foi de US\$ 3.378 milhões em 31 de dezembro de 2022, e as adições à provisão do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de US\$ 72 milhões. As provisões constituídas baseiam-se na estimativa de custos a incorrer para cada um dos projetos de descaracterização, que estão projetados por um período de até 13 anos. Revisões das provisões estimadas serão realizadas periodicamente em decorrência de mudanças em premissas significativas utilizadas e novos fatos e circunstâncias que possam levar a Administração a revisar os métodos e soluções de engenharia. A Administração aplica julgamento significativo no desenvolvimento das estimativas para descaracterização de barragens, incluindo (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto. Adicionalmente, conforme divulgado pela Administração, dada a natureza e incertezas inerentes a esse tipo de provisão, os valores reconhecidos e divulgados serão reavaliados pela Vale e poderão ser ajustados significativamente em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias forem conhecidos.

- A Vale reconheceu provisões para processos tributários no valor de US\$ 576 milhões em 31 de dezembro de 2022 e divulgou passivos contingentes relacionados aos processos tributários no valor de US\$ 6.590 milhões, e US\$ 3.659 milhões relacionados a posições incertas de imposto de renda em discussão com as autoridades fiscais. A Vale reconhece uma provisão para processos tributários nas demonstrações contábeis consolidadas para a resolução de processos em andamento quando a Vale tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado e a Administração determina que uma perda é provável, e o valor da perda pode ser razoavelmente estimado, com o apoio de especialistas da Vale. Nenhuma provisão para processos tributários é reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas para resultados desfavoráveis quando, após avaliação das informações disponíveis, (i) a Administração concluir que não é provável que uma perda tenha ocorrido em qualquer um dos processos em andamento; ou (ii) a Administração não seja capaz de estimar a perda ou o intervalo de perda para qualquer uma das pendências. No caso de processos em andamento relacionados ao imposto de renda, a Administração determina se é provável ou não que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento fiscal incerto. Se a Administração concluir que não é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento fiscal incerto, uma provisão para imposto de renda é reconhecida. A Vale também divulga a contingência em circunstâncias em que a Administração conclui que (i) nenhuma perda é provável ou pode ser razoavelmente estimada, mas é razoavelmente possível que uma perda seja incorrida; ou (ii) no caso de processos em andamento relacionados ao imposto de renda, seja provável que as autoridades tributárias aceitem o tratamento tributário incerto.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e a comunicação do escopo de nossos trabalhos para as Companhias investidas, a discussão do risco de distorção relevante e o envio das instruções aos auditores dessas investidas. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado, que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima, que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas.

Analizamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como, dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis das investidas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os saldos de investimentos e do resultado com equivalência patrimonial, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Nilton Shimizu
Contador
CRC nº 1SP142676/O-1

IRKO Hirashima Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP020649/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Aos Conselheiros de Administração da
NCF PARTICIPAÇÕES S/A

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), Órgão de caráter permanente, tem por objetivos principais recomendar e assessorar o Conselho de Administração da NCF Participações S/A nos assuntos relativos às Demonstrações Financeiras, às auditorias interna e independente, às exposições de risco e controles internos.

Órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração da entidade NCF, regido pela Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A). O Comitê de Auditoria possui Regimento Interno próprio.

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 2 (dois) outros Membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro, conforme requerido pela legislação do Brasil. Todos os Membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiências são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a NCF Participações S/A atua. Membros eleitos na Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da NCF Participações S/A realizada em 30.7.2021: Alexandre da Silva Gluher (coordenador), Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro) e Paulo Ricardo Satyro Bianchini (membro).

Tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes; e (iii) assecuração da independência e qualidade dos trabalhos das Auditorias - Independente e Interna.

É de responsabilidade da Administração e da Auditoria Independente que as Demonstrações Financeiras individuais ou consolidadas sejam completas e exatas, e estejam apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

• Gerenciamento Contábil pela Área de Contadoria Geral do Banco Bradesco S/A

A Administração é responsável: (i) pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados na elaboração das Demonstrações Contábeis, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, além das emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e atos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (ii) por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, e (iii) pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

• Auditoria Interna

Área diretamente subordinada ao Conselho de Administração. Responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia da entidade NCF Participações S/A.

Diante das melhores práticas, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, avalia e aprovam o Regimento e o Plano de Trabalho Anual da Auditoria Interna (AIGL).

• Auditoria Independente

A IRKO HIRASHIMA Auditores Independentes (IRKO) é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras anuais publicadas e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs) arquivadas na CVM, emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentam a sua opinião independente a respeito da fidedignidade das Demonstrações Financeiras em relação as práticas adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), além da aderência às normas da CVM, e preceitos da legislação societária brasileira.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES – EXERCÍCIO DE 2022 (2º SEMESTRE)

O Comitê participou de reuniões com a Área de Contadoria Geral do Banco Bradesco, coordenadora do processo contábil e fiscal/tributário, com a Auditoria Independente (IRKO), e com a Auditoria Interna (AIGL).

Por conta do reconhecimento pelo Governo Federal da pandemia do COVID-19 no território nacional, a NCF Participações a partir da constituição do Comitê de Auditoria deliberou que as reuniões seriam no processo de Home Office.

Nesse contexto, o Comitê de Auditoria planejou a realização de reuniões com áreas responsáveis pelos processos contábeis, fiscais e tributários, assim como no acompanhamento pela 3a Linha de Defesa (Auditoria Interna) e 4a Linha de Defesa (Auditoria Independente), no âmbito da abordagem dos Riscos e Controles Internos. Também recebeu Relatórios Gerenciais da mencionada Contadoria Geral dos Balanços Patrimoniais Mensais, com as respectivas Análises e Justificativas pelas Variações materiais.

O Comitê reconhece que os assuntos relevantes e impactantes, em especial no acompanhamento das Demonstrações Financeiras, foram informados e discutidos com a Administração, resguardando os critérios e procedimentos adotados. Por fim, as reuniões foram devidamente formalizadas em Atas.

No âmbito da Educação Continuada o Comitê de Auditoria participou de congressos, seminários e cursos de reciclagem e desenvolvimento técnico/profissional.

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o período de julho a dezembro/2022 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos Negócios da NCF Participações S/A. Destacamos os aspectos considerados mais relevantes:

- Investimentos em Coligadas e Controladas;
- Valores a Receber de Sociedades Ligadas;
- Ágios em Investimentos;
- Créditos Tributários;
- Contratos de Mútuo com Controladas e Coligadas;
- Obrigações Fiscais e Previdenciárias;
- Provisões para Impostos e Contribuições;
- Derivativos - Swap a Pagar / Diferencial a Pagar (MTM);
- Resultado de Equivalência Patrimonial.

4. Auditoria Interna (AIGL - AUDITORIA E INSPETORIA GERAL)

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, em aderência às regulamentações vigentes, o Comitê de Auditoria demandou trabalhos específicos acerca dos processos operacionais, contábeis e fiscais/tributários da NCF Participações, recebendo informações dos destaques dos trabalhos, por meio de relatórios e súmulas executivas, e reuniões periódicas também fizeram parte da relação de trabalho do Comitê com a Auditoria Interna.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê de Auditoria acompanhou as providências saneadoras adotadas pela Administração da Contadoria Geral do Bradesco, Área coordenadora da condução dos processos contábeis e fiscais/tributários.

A Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria da NCF Participações e às necessidades e exigências dos Órgãos Reguladores.

5. Auditoria Independente (IRKO HIRASHIMA)

Prestação de Serviço de Auditoria das Demonstrações Financeiras da NCF Participações S/A a partir do exercício de 2021. As equipes encarregadas dos trabalhos apresentaram, tempestivamente, os resultados e principais conclusões à Governança da NCF Participações S/A.

A destacar ser procedimento deste Comitê, ao tomar conhecimento dos pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhar as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

Com base no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes (IRKO), e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização.

6. CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionadas, e considerando o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nos Relatórios relativos ao Exercício Social encerrado em 31.12.2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2023.

COMITÊ DE AUDITORIA

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela IRKO Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da NCF Participações S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2023.

Octavio de Lazari Junior
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Carlos Wagner Firetti, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela IRKO Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da NCF Participações S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2023.

Carlos Wagner Firetti
Diretor Adjunto e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela IRKO Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da NCF Participações S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2023.

Octavio de Lazari Junior
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Carlos Wagner Firetti, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela IRKO Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da NCF Participações S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2023.

Carlos Wagner Firetti
Diretor Adjunto e Diretor de Relações com Investidores